

Trabalho infantil: qual sua influência sobre a renda no meio rural do Paraná?

Edicleia Lopes da Cruz Souza¹
Rosangela Maria Pontili²
Janete Leige Lopes³

Resumo: O trabalho infantil tem sido foco de constantes discussões entre pesquisadores de diversas áreas, políticos e instituições de direito humanos. De modo especial, por haver pesquisas que comprovam seus efeitos nocivos sobre o desenvolvimento pessoal do ser humano e sobre o crescimento econômico de um país. Inserindo-se neste contexto, o presente estudo teve por objetivo verificar a influência do trabalho infantil sobre a renda adquirida no mercado de trabalho, do meio rural, do Paraná. Para tanto, foi realizada uma regressão linear múltipla, na qual a variável dependente foi o logaritmo do rendimento por hora e uma das variáveis explicativas representava a idade em que a pessoa começou a trabalhar. Utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2003, foi possível comprovar que, ingressar muito cedo no mercado de trabalho reduz as perspectivas de receber bons rendimentos no futuro. Em função disso, sugeriu-se que as políticas de combate ao trabalho infantil sejam intensificadas, visando atingir, especialmente, as crianças do meio rural paranaense.

Palavras-chaves: renda, trabalho infantil, meio rural.

Abstract: Children labor has been an important and recurrent issue debated by researchers from different areas, politicians and human rights institutions, especially due to fact that some studies have proved and showed its bad effects on the human being's personal development and on the economic development of a country. Bearing this in mind, the present study has the aim to check if and how the children labor influences on the working market revenue from the rural area in Paraná. To reach this objective, a multiple linear regression was used, being the logarithm of the income per hour the dependent variable and one of the explicative variables representing the age the person had when he or she started working. Making use of the data collected by *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* - in 2003, it was possible to prove that to be inserted in the working market very early reduces the perspectives of getting good salaries in the future. Basing on this, it is suggested that the policies against the children labor are intensified, aiming to reach especially the children from the rural areas in Paraná.

Key-words: Income, children labor, rural areas.

Área V – População e Mercado de Trabalho Paranaense

¹ Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Endereço eletrônico: edicleia@wacor.com.br.

² Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Endereço eletrônico: rpontili@yahoo.com.br.

³ Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM.

1 – Introdução

O trabalho infantil é o emprego de crianças como trabalhadores e tem sido foco de constantes discussões por pesquisadores de diversas áreas de estudo, políticos e sociedade em geral. Isto porque, a percepção em torno dos efeitos perversos do trabalho infantil surgiu e desenvolveu-se na comunidade internacional através de pesquisas que comprovam seu impacto negativo na vida adulta da criança e no próprio desenvolvimento econômico do país. Kassouf (2002) demonstrou que indivíduos inseridos no mercado de trabalho precocemente têm uma saúde pior, quando comparados a pessoas que começaram a trabalhar com idades mais avançadas. Nesse caso, os resultados estão associados ao tipo de trabalho realizado, pois algumas atividades (mais que outras) causam danos físicos e psicológicos ao trabalhador. Basu & Tzannatos (2003), revisando diversos autores que escreveram sobre esse assunto, afirmam que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, pois a dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na escola. Além disso, na maioria das vezes, a mão-de-obra infantil é utilizada em atividades que poderiam ser desempenhadas por pessoas adultas, o que pode causar um impacto negativo na taxa salarial e no emprego dos adultos, dependendo da estrutura do mercado de trabalho analisado. O menor acúmulo de capital humano, as perdas econômicas provocadas pelos gastos com uma saúde precária e outros fatores negativos associados à incidência de trabalho infantil, podem afetar o crescimento econômico de um país, no longo prazo (Galli, 2001).

Apesar das discussões acima relatadas, a exploração do trabalho infanto-juvenil é uma realidade presente, tanto em países pobres, quanto em países ricos. Porém, mesmo nos países ricos, as crianças obrigadas a vender sua força de trabalho pertencem às classes mais empobrecidas da população (SILVA, 1999). Segundo dados da OIT, estima-se que existam no mundo mais de 246 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos trabalhando. Destas mais de 100 milhões não tem acesso a qualquer tipo de educação e, para a maioria, tempo para brincar é um luxo inatingível. A constituição brasileira determina, claramente, que é proibido o trabalho de crianças com menos de 16 anos. No entanto, no Brasil, segundos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2003), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 5,1 milhões de crianças na faixa dos 5 aos 17 anos que estão inseridas no mercado de trabalho. Os números registrados

são assustadores, embora ainda abaixo da realidade brasileira. Segundo Medeiros Neto (2000) e Ferreira (2005), a maioria não é remunerada e, quando há algum tipo de pagamento, em quase 90% dos casos, o valor não alcança sequer o salário mínimo.

Em todas as regiões do Brasil é revelada diversidade impressionante de situações em que se obriga ou permite-se a inserção ilegal de pessoas com menos de 16 anos em atividades não educacionais, decorrência da exploração barata, do abandono ou da negligência. De acordo com vários autores como Silva (1999); Medeiros Neto (2000) e Ferreira (2005), esse quadro tem se mostrado mais grave na zona rural, onde alarmante número de crianças é envolvido no trabalho doméstico, manuseiam máquinas, agrotóxicos e produtos químicos em geral, carregam excesso de peso, trabalham na colheita da cana-de-açúcar, do fumo, do sisal e de frutas, nas atividades da indústria cerâmica e na fabricação de cal, dentre muitas outras. Na área urbana detectam-se crianças trabalhando na tecelagem, produção de artesanato, indústria de calçados e de alimentos, como vendedores ambulantes, engraxates, coletores de lixo, jornaleiros.

Ainda, como relata Soares Filho (2002), hoje, muitas crianças estão inseridas perversamente no turismo, sendo exploradas sexualmente, assim como na criminalidade, envolvendo-se com tráfico de drogas e pornografia.

Outro fator a ser mencionado diz respeito à constatação de que as crianças envolvidas com qualquer atividade encontram-se afastadas da escola ou com frequência irregular [(BETTENCOURT e JACOBS, 2003); (FERREIRA, 2005)]. Além disso, a maioria das crianças trabalhadoras está inserida em atividades que causam danos à saúde, as quais são consideradas insalubres, perigosas, penosas e moralmente prejudiciais. Muitas são submetidas a riscos de acidentes, sendo consideráveis os casos de mutilações e queimaduras (LIMA, 2002). É claro que a miséria e a pobreza, responsáveis pela exclusão social, são os principais promotores do trabalho infantil. Entretanto, de acordo com Gonçalves (1997), há outras causas que levam à inserção de crianças no trabalho, como um sistema de educação ineficiente e inadequado, tradições e padrão social, falta de legislação e fiscalização, perfil do mercado de trabalho, tipos de arranjos familiares e outros.

O Brasil tem assumido compromissos formais, para reduzir e eliminar o trabalho infantil, decorrente de assinaturas de tratados de extensão internacional, obrigando-se, por força de Constituição e de leis específicas a dar prioridade a ações

voltadas para a garantia dos direitos fundamentais das crianças. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para reduzir o Trabalho Infantil é preciso atitudes integradas que identifiquem as crianças trabalhadoras e sensibilize a sociedade sobre os danos morais, físicos e intelectuais do trabalho infantil. Também, é necessário adaptar as escolas para receber estas crianças, oferecendo atividades culturais, esportivas, educativas e de lazer, que compensem a redução da renda familiar. Neste aspecto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) busca desenvolver programas para prevenção e erradicação do problema. Desde 1994, o Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil, que reúne o UNICEF, OIT e mais de 40 organizações governamentais e não-governamentais, além de associações patronais e sindicatos, tem conseguido melhorar a compreensão da sociedade sobre a nocividade do trabalho precoce à educação e a evolução das crianças.

Outro avanço do Fórum é o desenvolvimento de formas de prevenção e combate ao trabalho infantil. O Governo Federal criou, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que visa erradicar, ou pelo menos amenizar o trabalho infantil, por meio do financiamento de Bolsa-Escola, do desenvolvimento das jornadas de atividades extra-escolares para crianças oriundas do trabalho e de programas de capacitação e geração de renda para seus pais. Municípios que participam do PETI precisam ainda oferecer atividades de cultura, esporte e reforço escolar às crianças do programa. Concordando com Medeiros Neto (2000) é evidente a complexidade da questão, porém as dificuldades para solucioná-la não devem ser obstáculos para agir com eficácia.

No Paraná, segundo a Procuradora Regional do Trabalho Margareth Matos de Carvalho, mais de 180 mil de crianças e adolescentes, entre 5 e 15 anos de idade, realiza algum tipo de atividade. As mais comuns no Estado são a exploração sexual comercial e o trabalho agrícola. Na área rural o uso de agrotóxicos é preocupante, pois as crianças são mais vulneráveis aos efeitos destes produtos, utilizados em grande quantidade nas plantações. A situação é mais crítica em regiões como o Vale do Ribeira, região de fronteira, e nas maiores cidades do estado como Curitiba, Londrina e Maringá.

Tendo em vista o acima exposto, este estudo tem por objetivo demonstrar a influência que o trabalho infantil exerce sobre a renda do trabalhador residente na área rural do Paraná, quando o mesmo chega à idade adulta. Para tanto, será analisado um modelo econométrico de regressão linear múltipla, utilizando-se os

dados da PNAD de 2003, observando-se, também, variáveis relativas ao sexo, setor de atividade, cor ou raça e número de anos de estudo.

2 – Metodologia e dados

Com objetivo de investigar a influência que o trabalho precoce exerce sobre a renda do trabalhador ao chegar à fase adulta, a estratégia desta pesquisa fundamentar-se-á na utilização de modelo econométrico de Regressão Linear Múltipla. Segundo estudo realizado por Messias (2005), o referido modelo permite estimar o efeito da mudança em uma variável explicativa (X) sobre a variável dependente (Y). Sendo assim, o modelo ajustado de uma Regressão Linear Múltipla com K variáveis independentes é:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon$$

Em que:

Y = Variável dependente (Logaritmo do rendimento por hora);

$X_1, X_2, X_3, \dots, X_k$ = São variáveis explicativas, tanto binárias quanto contínuas;

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k$ = São os parâmetros desconhecidos da regressão, que medem os efeitos de uma mudança nas variáveis explicativas, sobre a variável dependente;

ε = é o erro aleatório.

Como pode ser visto acima, no modelo genérico o número de variáveis explicativas é infinito, porém a quantidade de variáveis a serem utilizadas nos modelos econômicos é definida pelos pesquisadores. Para fins de estimativa, este modelo permite a utilização do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

No caso da presente pesquisa, com os resultados obtidos a partir da análise econométrica, pretende-se discutir como o trabalho infantil influencia na renda do trabalhador adulto, em especial da zona rural do estado do Paraná.

Para alcançar os resultados pretendidos fazer-se-á o uso do banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2003. A PNAD/2003 inclui cerca 9.932.752 pessoas paranaenses. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi implantada no Brasil em 1967, tendo como objetivo produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. De acordo com o IBGE, trata-se de um sistema de pesquisa por amostra de domicílio, que investiga diversas características socioeconômicas da população, como educação, trabalho, rendimento e habitação, além de fecundidade, nupcialidade,

saúde, nutrição e outros temas que se tornam objeto de estudo conforme a necessidade de informação para o país. Além disso, a PNAD contém informações sobre a inserção das pessoas no mercado de trabalho, através de uma pergunta na qual se verifica a idade com que a pessoa começou a trabalhar.

Neste caso, utilizando-se o pacote estatístico *Sas for Windows V8* selecionou-se apenas a população rural do Paraná, com idade entre vinte e sessenta anos. Destas pessoas, identificou-se seu sexo, o número de anos de estudo completo, a cor ou raça, o setor de atividade econômica no qual estão inseridas, além da renda recebida por hora de trabalho. A amostra final com a qual se trabalhou contou com 1.286 pessoas, mas os resultados aqui apresentados foram todos expandidos para o total da população paranaense.

3 – Análise dos resultados

Analisando os dados da tabela 1, observa-se que entre os homens e mulheres residentes na área rural, com idade entre 20 e 60 anos de idade, mais da metade começaram a trabalhar com 14 anos ou menos. A diferença entre homens e mulheres que começaram com menos de 9 anos também é relativamente pequena, o que mostra que ambos os sexos foram inseridos na atividade laboral rural precocemente. Para as pessoas que começaram a trabalhar com mais de 18 anos, menos de 2% eram homens e o percentual de mulheres (6,18%) é significativamente maior. Os dados mostram que, na área rural, a inserção da mulher no mercado de trabalho é semelhante à inserção do homem. Ferreira (2005, p. 1), diz que: “... quanto mais pobre a família, mais se exige de todos os seus membros que colaborem na renda familiar, independente do sexo e idade...”

Tabela 1 – Porcentagem de homens e mulheres trabalhando, de 20 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área rural

Idade que começou a trabalhar	Paranaense			
	Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%
Menos de 9	158.514	36,67	98.416	31,20
10 a 14	227.886	52,71	170.618	54,09
15 a 17	37.357	8,64	26.910	8,53
Mais de 18	8.573	1,98	19.478	6,18

Fonte: PNAD/2003

A Tabela 2 mostra que, tanto para os homens quanto para as mulheres da área rural, a média do número de anos de escolaridade varia positivamente em relação à idade que estas pessoas começaram a trabalhar. Ou seja, quanto mais cedo ingressaram na atividade laboral, menos anos de estudo possuem. Nesta análise simples, verifica-se que os homens e mulheres que começaram a trabalhar com menos de 9 anos têm a menor média de anos de estudo (5,72 e 5,44 anos de estudo, respectivamente). Observa-se que, conforme a idade aumenta, aumenta também a média de escolaridade. Cabe ainda observar que a média de anos de estudo das mulheres que começaram a trabalhar depois dos 18 anos é superior a dos homens que ingressaram no trabalho a partir da mesma idade, ocorrendo o contrário nos outros intervalos observados.

Complementando esta análise ressalta-se que, após realizar estudo sobre a relação entre educação e desigualdade salarial, Pereira (2001, p. 88) diz que: “(...) a educação individual é o principal fator indutor de melhores expectativas de rendimentos...”.

Segundo Martins (2005) quanto mais cedo se começa a trabalhar, menos se ganha ao longo do tempo. Começando a trabalhar muito cedo se têm poucas chances de estudar, pois a pessoa trabalha o dia inteiro e acaba faltando às aulas para ajudar sua família. Quando vão à escola, estes trabalhadores estão cansados e não tem um bom aproveitamento. Assim, diminui-se ainda mais a oportunidade de crescimento profissional e financeiro do indivíduo.

Tabela 2 – Número médio de anos de estudo, para homens e mulheres de 20 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área rural Paranaense

Idade que começou a trabalhar	Homens	Mulheres
Menos de 9	5,72	5,44
10 a 14	6,05	6,20
15 a 17	6,98	6,87
Mais de 18	8,19	8,72

Fonte: PNAD/2003

Dando continuidade às análises, a tabela 3 mostra que a média de rendimentos dos homens e mulheres está associada à idade que começaram a trabalhar. Os dados revelam que os homens que começaram a trabalhar com 9 anos ou menos recebem em média R\$ 11,78 por hora pelo seu trabalho, enquanto as mulheres ganham apenas R\$ 2,45 por hora. Para os homens que ingressaram no

trabalho após os 18 anos, a média é de R\$ 17,42 por hora, enquanto para as mulheres que começaram na mesma idade é de apenas R\$ 6,97 por hora. Entretanto, os dados mostram que há uma pequena variação na média de renda dos homens e mulheres que começaram a trabalhar nos intervalos que compreendem entre menos de 9 anos e de 15 a 17 anos. Mas, há uma grande diferença de rendimentos quando se compara os dois intervalos extremos da idade em que se começou a trabalhar.

Outro detalhe a ser destacado é que a média de rendimento por hora das mulheres é significativamente menor que a média masculina. Esta diferença diminui de um intervalo a outro, pois entre as pessoas que começaram a trabalhar com menos de 9 anos, a mulher tem uma renda média que corresponde à aproximadamente, 20% dos rendimentos masculinos. Já entre aqueles que iniciaram suas atividades laborais com mais de 18 anos os rendimentos femininos equivalem a 40% da renda média dos homens. Observa-se, portanto, que ainda existe uma diferença muito grande dos rendimentos obtidos por homens e mulheres residentes na área rural.

Com relação ao trabalho infantil pode-se, ainda, dizer que:

“Entre as principais conseqüências da entrada precoce no mercado de trabalho estão o nível educacional menor e a renda mais baixa no futuro, quando comparados a obtidos por indivíduos que começaram a trabalhar mais tarde (FERRO 2003, p.18)”.

Tabela 3 – Média de rendimentos por hora, para homens e mulheres de 20 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área rural Paranaense

Idade que começou a trabalhar	Homens	Mulheres
Menos de 9	11,78	2,45
10 a 14	11,65	3,32
15 a 17	11,52	5,39
Mais de 18	17,42	6,97

Fonte PNAD 2003

Sabe-se que a maioria das crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho abandonou a escola ou nunca freqüentaram uma sala de aula. Esta situação é ainda mais grave na zona rural, uma vez que as dificuldades de manterem os filhos em escolas ou creches, devido à distância das cidades, além do

estado de pobreza da família, levam os pais a inserirem os filhos muito cedo no trabalho.

Sabe-se, também, que o baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro de um indivíduo. Sendo assim, as pessoas que começam a trabalhar na infância têm limitada a oportunidade de melhores empregos quando atingem a vida adulta, o que resulta num baixo desenvolvimento regional e, conseqüentemente, num baixo desenvolvimento do país.

Diante disso, os dados que serão posteriormente apresentados referem-se aos trabalhadores da Zona Rural Paranaense que estão com idade entre 20 e 60 anos e começaram a trabalhar ainda crianças ou adolescentes.

Na tabela 5, em anexo, apresentam-se as médias e desvios-padrão das variáveis a serem utilizadas na análise econométrica. Antes, porém, serão apresentados, através da tabela 4, os resultados econométricos desta análise.

Observa-se que o teste F foi altamente significativo, o que indica que as variáveis escolhidas explicam perfeitamente a variação no logaritmo do rendimento por hora, do trabalhador adulto, da área rural. Os resultados do teste *t*, por sua vez, variaram de um coeficiente para outro, mas a maioria dos resultados foi significativa. O valor do coeficiente de determinação (R^2) indica que as variáveis explicativas escolhidas para a análise, explicam 44% das mudanças na variável dependente (Logaritmo da renda do trabalhador rural paranaense).

O sinal positivo do coeficiente da variável idade mostra que a renda destes trabalhadores altera-se no mesmo sentido que a idade. Com relação a variável que representa a escolaridade, o resultado revela que existe uma relação positiva entre esta e a renda do trabalhador, indicando que quanto maior o número de anos de estudo, maiores os rendimentos obtidos no mercado de trabalho.

Ao verificar o coeficiente da variável sexo, na área rural, comprova-se que as mulheres ganham menos que os homens, como já mostrado pela tabela 3. Esta diferença de renda é muito significativa, principalmente se comparando os homens e mulheres que começaram a trabalhar mais jovens.

Com relação à idade que os residentes da área rural do Paraná começaram a trabalhar, observa-se que, no intervalo que representa as pessoas que começaram a trabalhar entre 15 e 17 anos, comparadas às iniciantes com mais de 18 anos, o resultado foi não significativo. Porém, obtiveram-se resultados significativos quando se observam as pessoas que ingressaram no mercado de trabalho com menos de 9

anos, ou com idade entre 10 e 14 anos. Os sinais negativos dos coeficientes indicam que os trabalhadores melhor remunerados são os que começaram a trabalhar com mais de 18 anos. Na contraposição, está os que iniciaram suas atividades laborais com 9 anos ou menos, recebendo a menor renda. Isto leva a confirmação de mais uma hipótese do modelo, isto é, quanto mais jovem uma pessoa ingressa no mercado de trabalho, menor a renda auferida na carreira profissional.

Tabela 4 – Equação do logaritmo do rendimento por hora para a população de 20 a 60 anos, com residência rural, no Paraná

Variáveis	Parâmetro Estimado	Teste T
Intercepto	-0,263	-1,43
Idade	0,021	8,40*
Anos de Estudo	0,028	3,47*
Sexo (homem=1)	1,304	24,63*
Idade que começou a trabalhar		
Menos de 9	-0,311	-2,14**
10 a 14	-0,305	-2,15**
15 a 17	-0,180	-1,13
Cor ou Raça (Branca foi omitida)		
Preta	-0,181	-0,83
Amarela	0,801	1,40
Parda	-0,046	-0,80
Indígena	1,826	1,68***
Setores de atividade (Setor Agricultura foi omitido)		
Indústria	0,761	6,72*
Construção civil	0,521	3,57*
Comercio	0,805	5,79*
Serviços	1,094	6,97*
Público	1,284	6,99*
Social	1,550	11,07*
Doméstico	1,109	8,39*
Outras atividades	0,756	3,45*
Outras Variáveis		
R ²	0,448	
R ² ajustado	0,441	
Teste F	57,36*	
Nº de observações	1286	

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: * Denota significância ao nível de 1%; ** Denota significância ao nível de 5;

*** Denota significância ao nível de 10%; Acima de 10% não há significância.

Em função da não significância dos coeficientes, também se pode dizer que a variável cor ou raça dos trabalhadores não exerce nenhuma influência significativa sobre sua renda, sendo sua remuneração não acrescida ou diminuída caso o trabalhador seja branco, negro, amarelo, pardo ou indígena.

Dando continuidade aos resultados do modelo, com relação ao Setor de atividade dos trabalhadores vítimas do trabalho infantil, a hipótese do modelo implica que comparando todos os setores em relação à agricultura espera-se que os coeficientes destes setores sejam positivos, pois é o setor agrícola que possui a menor renda, enquanto todos os setores restantes remuneram melhor. Os resultados comprovam esta hipótese, uma vez que os coeficientes da regressão, associados aos setores de atividade, apresentam grau de significância em 1% e estão acompanhados do sinal positivo.

4 – Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo verificar o impacto do trabalho infantil na renda do trabalhador adulto da zona rural paranaense. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e a estratégia adotada a utilização de um Modelo Econométrico de Regressão Linear Múltipla. A amostra foi composta por pessoas de 20 a 60 anos de idade pertencentes à área Rural e que ingressaram no trabalho quando eram crianças ou adolescentes.

As estimativas encontradas foram estatisticamente significativas e em sua maioria apresentaram os sinais esperados. Assim, de um modo geral conclui-se que quanto mais nova a pessoa começou a trabalhar, menor é a sua renda, quando a mesma chega a fase adulta. De acordo com Ferro (2003), conforme o ingresso no mercado de trabalho é adiado, a situação do indivíduo na vida adulta melhora tanto em relação à renda quanto à educação.

Embora nos últimos anos o trabalho infantil tenha diminuído significativamente, o número de crianças que trabalham é muito grande. O País como um todo precisa cumprir compromissos aumentando as ações voltadas para eliminação desta exploração. Ainda há muito que ser realizado em termos de ações governamentais e sociais para completa extinção do problema.

De acordo com as evidências obtidas nesta pesquisa, entre as recomendações de políticas públicas merecem destaque aquelas voltadas para o acesso e manutenção das crianças oriundas das zonas rurais paranaenses a fim de garanti-lhes um elevado, ou pelo menos, o suficiente nível de educação, capaz de proporcionar-lhes um futuro melhor.

Ainda, este estudo enfatizou os efeitos negativos que as atividades laborais exercem sobre a educação e renda futura das crianças e adolescentes. Na área rural a eliminação do problema merece mais atenção devido à sua maior complexidade, ora, é sabido o quanto as crianças precisam ajudar os pais nas pequenas propriedades rurais, seja nos serviços domésticos, cuidando dos irmãos menores e até auxiliando nas lavouras. Além disso, em sua maioria as famílias necessitam dos rendimentos das crianças. Logo, é preciso políticas voltadas para erradicação do trabalho infantil, mas que também suprem a necessidade das famílias, incentivando os pais e as crianças a total dedicação aos estudos. O Brasil sabe: É preciso garantir o seu futuro e isso só será possível garantindo o futuro de cada criança.

5 – Referências Bibliográficas

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The world bank economic review**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

BETENCOURT, Babeth ; JACOBS, Claudia Silva. **Erradicação do trabalho infantil no Brasil esta distante**. BBC Brasil.com. Brasília, 01 Mai. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031117_terradicacao.sh tml> Acesso em: 21 abr 2006

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho Infantil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr.2006

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **O que é o trabalho infantil?** Brasília Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 21 abr 2006.

CARVALHO, MARGARETH MATOS DE. **O Paraná tem mais de 180 mil crianças e adolescentes trabalhando**. [Entrevista a Nara Silva] Brasília, 19 Ago. 2005. Disponível em: http://www.agenciadoradio.com.br/hotsite/ti2005/corpo_noticia.php?codigo_noticia=ANDI050008. Acesso em: 15 abr 2006.

FERREIRA, Jose Carlos. **Trabalho infantil e a luta contra a miséria**. Brasília, 12 Jun. 2005. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/artigos/ler_artigos.php?id=661>. Acesso em: 21 Abr 2006.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003, 92p. Tese (Mestrado)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP).

GALLI, R. **The economic impact of child labour**. Genebra: ILO Decent Work Research Programme, 2001. 26p. (Discussion Paper, 128)

- GONÇALVES, Renato. **O trabalho infantil e a agenda social**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.4, n°7, p.221-240, Jun.1997. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev709.pdf>>. Acesso em: 05 mai 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: microdados (compact disc). Rio de Janeiro, 2003.
- KASSOUF, A. L. **Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil**. Unesco: Ministério da Justiça, 2002.
- LIMA, C. G. C. de. **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e Econômico**. Ribeirão Preto SP, 05 Set. 2002. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/FiscaTrab/CombateTrabalhoInfantil/Publicacao/Conteudo/541.pdf>>. Acesso em: 24 abr.2006.
- MARTINS, M. A. **Verificação da influência da escolaridade na renda**. Campo Mourão, 2005, 78p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).
- MEDEIROS NETO, X. T. de. **A crueldade do trabalho infantil**. Diário de Natal, Opinião, Rio Grande do Norte, 21 Out. 2000. Disponível em: <<http://www.mpt.gov.br/noticias/noticias17.html>>. Acesso em: 29 abr. 2006
- MESSIAS, R. **Uma análise das variáveis sócio-econômicas que influenciam o desempenho no ensino fundamental no Paraná**. Campo Mourão, 2005, 53p. Monografia (Graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).
- SILVA, F. C. L. da. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista**. Educar em Revista.UFPR n°15. Curitiba, Ago.1999. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/lopes_da_silva.pdf. Acesso em:29 abr. 2006.
- SOARES FILHO, J. B. L. **O trabalho infantil e a nossa responsabilidade para sua erradicação**. Jornal Meio Norte. Brasília, 30 Ago. 2002. Disponível em:<<http://www.prt22.mpt.gov.br/trabluz2.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2006.

Anexo I

Tabela 5 - Média e desvio-padrão dos determinantes da renda dos trabalhadores de 20 a 60 anos da área rural paranaense

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Renda	366,311	20278,89
Renda por hora	8,673	436,095
Log-renda	1,409	27,989
Idade	37,457	251,462
Ano de estudo	5,109	81,390
Sexo	0,578	11,592
Cor ou Raça		
Branca	0,718	10,551
Preta	0,014	2,793
Parda	0,262	10,332
Indígena	0,002	1,053
Amarela	0,001	0,998
Setor de atividade		
Agricultura	0,735	10,353
Industria	0,055	5,383
Construção civil	0,031	4,105
Comércio	0,033	4,253
Serviços	0,029	3,944
Público	0,019	3,221
Social	0,035	4,371
Doméstico	0,046	4,929
Outros	0,012	2,626
Idade que começou a trabalhar		
Menos 9	0,343	11,148
10 a 14	0,532	11,711
15 a 17	0,085	6,579
Mais de 18	0,037	4,460

Fonte: Resultado da pesquisa